



QUINTAL AGROECOLÓGICO: MEMÓRIAS DE SUBSISTÊNCIA, RELAÇÕES DE GÊNERO E DESCOLONIZAÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS

AGROECOLOGICAL YARD: MEMORIES OF LIVELIHOOD, GENDER RELATIONS AND DECOLONIZATION OF EDUCATIONAL PRACTICES

Maria Zilma Gabino – UFNT – Araguaína – Tocantins - Brasil
wnizilma@gmail.com

Luciméa Santos Lima – UFNT – Araguaína – Tocantins - Brasil
mealimasantos@gmail.com

Vinicius Gomes de Aguiar – UFNT – Araguaína – Tocantins - Brasil
vinicius.aguiar@mail.uft.edu.br

RESUMO

Os quintais onde muitos de nós cresceram sempre representaram a base de subsistência de uma família numerosa, bem como de apoio, tanto na alimentação quanto no abrigo dos demais familiares e vizinhos, que juntos criavam mecanismos de sobrevivência em meio à pobreza extrema. Além disso, apresentamos como as relações de gênero estavam estabelecidas naquele contexto. Junto com as memórias de cultivo de alimentos variados e brincadeiras de infância, o nosso quintal também guarda saberes sobre a luta do povo negro por alimentação desde o período da escravidão, revelando uma economia dos comuns (Laval e Dardot, 2015). Entretanto, esses conhecimentos não são ensinados na escola como parte da história e cultura afro-brasileira de acordo com a Lei 10.639/2003. A proposta deste trabalho é apontar os caminhos para que os quintais agroecológicos sejam, para além de meio de subsistência, ferramenta pedagógica, contribuindo para a descolonização dos corpos e das mentes de brancos e negros, e desconstruindo a inferiorização que nos é atribuída.

Palavras-chave: quintal, agroecologia, memórias, descolonização, economia dos comuns.

ABSTRACT

The dooryard garden in which many of us grew up represented to us as a subsistential base of a numerous family, well as support, such in feeding as in shelter of the other relatives and neighbors, that together created a survival mechanism in extreme poverty. Beyond that we present how the relations of gender were established in that context. With the cultivation memory of various foods and childhood plays, our dooryard garden was also keeps knowledge about the fight of black people for feeding since slavery, revealing a economy of the commons (Laval and Dardot, 2015). Nonetheless, this knowledge are not taught in the schools as part of the afro-brazilian history and culture in obeyment of the law 10.639/2003. The proposal of this work is to point out the ways that the agroecological garden are, beyond of a subsistential way, as a pedagogic tool, contributing to the decolonization of bodies and minds of whites and blacks, and deconstructing the inferiority that was attributed to us.

Key – words: dooryard garden, agroecology, memory, decolonialism, economy of the commons.

INTRODUÇÃO

A formação dos quintais agroecológicos em que muitos de nós, negros e negras, cresceu é rodeada de historicidade, imbricada na luta deste povo por sobrevivência, desde o período da colonização quando foram violentamente sequestrados no continente africano e submetidos ao processo desumano de escravização. Principal fonte de alimentos no período e quase dois séculos após a “libertação”, o quintal com sua diversidade de plantas alimentícias, medicinais, cerimoniais, entre outras, serviram e ainda servem de base para a segurança alimentar de famílias negras em todo Brasil. Hecht (1998) defende que “a Agroecologia é redescoberta e transformada em ciência a partir dos anos de 1970”, quando passa a figurar como “alternativa ao modelo de produção da Revolução Verde que degrada os bens naturais, concentra terra, destroem territórios, povos e comunidades tradicionais, precarizando as relações sociais e de trabalho no campo e na cidade” (Rapozo, 2018, p. 195).

No entanto, para famílias negras e pobres que residem nas margens, na cidade e/ou no campo, esse modelo de produção sempre vigorou por representar uma possibilidade de subsistência, que não está garantida no seio do capitalismo. Ademais, historicamente, o cultivo agroecológico representa “práticas conhecidas há bastante tempo pelas famílias agricultoras que instintivamente cultivam diferentes espécies vegetais de forma consociada e sem uso de defensivos agrícolas” (Rapozo, 2018, p. 196).

Baseado nas reflexões de Carney (2020), sobre a formação dos quintais agroecológicos no atlântico negro, refletimos sobre o modo como esta parcela da população continuou vulnerável, em relação a alimentação e a moradia, mesmo após um século da assinatura da lei áurea. Para isso, utilizamos relatos de familiares, (duas primas, que moravam no Estado do Piauí e vieram para Araguaína aos 17 anos e 12 anos, nos anos de 1979 e 1987¹) que vivenciaram tais violências no final do século XX e as reconhecem. Joana deixou sua família no Piauí e veio para Araguaína em 1975, residir com familiares e trabalhar como empregada doméstica. Já Aline, veio em 1987 com toda a família. O outro interlocutor é pai de um dos autores, que embora tenha nascido antes das interlocutoras, que são suas sobrinhas, e vivenciado múltiplas formas de violências, não reconhece como situação de grave adversidade

¹ Este texto é uma escrita coletiva, mas vale salientar que o mesmo deriva da dissertação de Maria Zilma Gabino, sob o título: “Valorização e construção da identidade étnico racial: vivências e representações do cabelo e do corpo negro nas ações do Projeto Negra Flor” e por esse motivo, em alguns pontos se utiliza a 1ª pessoa do singular.

o fato de apanhar com muita agressividade dos pais de criação², ter alimentação, escolarização e regime de trabalho diferentes do que era disponibilizado para seus “irmãos”. Para ele, era como se fizesse parte da família. E, embora relate fatos que demonstrem a reinvenção da escravidão, não os percebe como tal. Diz sempre, com orgulho, que foi bem-criado por uma família maravilhosa.

No contexto do norte do Tocantins, temos como hipótese que os quintais agroecológicos podem constituir ferramentas fundamentais na construção de estratégias de produção de alimentos de forma diversificada que possibilita a reprodução do campesinato e o manejo racional do bioma em que se está inserido. Este artigo, também tem por objetivo evidenciar as implicações das relações de gênero existentes no quintal, os saberes ancestrais, bem como demonstrar a possibilidade de utilização deles como instrumento pedagógico para cumprir o Ensino de História afro-brasileira, africana e indígena como preconiza a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB.

METODOLOGIA

Este artigo tem como base metodológica a pesquisa qualitativa, por ter como objeto de análise o quintal e sua historicidade, utiliza-se os conceitos de Trajetórias e Escrivências de modo a mediar a relação com o campo e coleta de dados por meio de entrevistas com os interlocutores da pesquisa. Dessa maneira, é importante frisar que o tema em questão era rememorado sempre que nos juntávamos para falar das nossas infâncias. Entretanto não tinham intenção e nem caráter científico. Ao intencionar escrever este artigo, solicitei às duas primas que buscassem resgatar e relatar memórias de suas vivências relacionadas à alimentação e moradia, do período em que residiam no Piauí.

Quanto ao conceito de trajetórias, especificamente o utilizado por Bourdieu (2006) aqui ganha um sentido particular. O campo de pesquisa não foi escolhido de modo aleatório, é o quintal da casa onde cresci e que recebeu os meus familiares quando vieram do Piauí em busca de melhores condições de vida, como educação para os filhos e um pedaço de terra para morar com dignidade. Desse modo, percebemos o quanto as trajetórias das envolvidas estão imbricadas nas categorias de análise, como tempo, espaço e gênero, uma vez que “existe uma identidade entre sujeito e objeto” Minayo (2009). Além dos pontos em comum,

² O mesmo que pai adotivo.

predomina o recorte de gênero, onde a invisibilidade é mais contundente. Para nos afirmar, utilizamos o que diz Grada Kilomba:

Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem a minha realidade, não com palavras que descrevam a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes. Escrevo da periferia, não do centro. Este é também o lugar de onde estou teorizando, pois coloco meu discurso dentro da minha própria realidade (KILOMBA, 2019, p. 58-59).

Desse modo, ao falar da trajetória de uma mulher negra não falamos apenas dela, mas de uma geração após outra que segue sendo marcadas pelas desigualdades duráveis (Lima, 2022), como o racismo, a fome e o machismo. Benjamim cita Montagner para enfatizar que é preciso compreender que se trata de trajetórias coletivas pois “se não há narrativas comuns, clara está a impossibilidade da existência de uma visão de mundo comum” (Benjamin apud Montagner, 1986, p. 06).

Na encruzilhada dessa reflexão nos aproximamos da *Escrevivência*, conceito cunhado por Conceição Evaristo, no âmbito da escrita literária “e embora tenha nascido originalmente no berço da literatura e da história, este conceito não se limitou a ambas as áreas mencionadas e, portanto, tornou-se passível de outras direções em campos como a fotografia, a música, a pedagogia e psicologia social” (Oliveira, 2021, p. 08). A autora define que a *Escrevivência*:

pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional, a própria inventiva de sua escrita, e muitas vezes o é. Mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade (EVARISTO, 2020, p. 36).

Evaristo nos convida a pensar a construção teórica – textual como uma interrogação, sendo, pois, “a busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. *Escrevivência* não está para a abstração do mundo, e sim para a existência” (Evaristo, 2020, p. 36).

ECONOMIA DOS COMUNS: APOIO ALIMENTAR E ACOLHIMENTO SOLIDÁRIO

Meus pais são oriundos do nordeste brasileiro, mais especificamente da cidade de Bertolândia, estado do Piauí. Vieram para Araguaína, então norte de Goiás, com o auxílio de outros familiares, em novembro de 1975, em busca de melhores condições de vida. Dentre

elas, além de oferecer escolarização para as filhas, estava o direito de morar em um pedaço de terra de sua propriedade e plantar o que quisessem para alimentar a família, composta até então, por cinco pessoas (pai, mãe, minhas duas irmãs, e eu, com sete meses de idade).

Desde a abolição, o colonialismo europeu persiste e se reinventa sob diversos aspectos. Um dos mais cruéis é a naturalização da escassez de alimentação para o povo negro, subjugado desde o sequestro em solo africano, posterior tráfico nos porões dos navios negreiros e as consequências nefastas desse período. Segundo aponta Carney:

A emancipação trouxe liberdade, mas geralmente deixou os ex-escravos despossuídos das roças individuais que haviam negociado com os proprietários de plantações. Os libertos buscavam terras não reclamadas ou abandonadas para cultivar, a fim de evitar novos regimes de trabalho exploratório - como trabalho assalariado, arrendamento e parceria - em propriedades existentes (CARNEY, 2020, p. 14).

Essas parcerias são relatadas por familiares, e é conhecido como regime de agregados, onde os direitos são restritos a plantar apenas para comer, com plantio selecionado. Plantas de grande porte que evidenciassem o tempo que os agregados moravam na propriedade e assim poderiam reivindicar algum direito, não eram permitidas. Esses plantios só eram autorizados nas partes mais improdutivas da propriedade, como no período da escravidão, se assemelhando ao que aponta Carney (2020, p.02), sobre as áreas destinadas à subsistência dos escravizados que eram “terrenos montanhosos e áreas áridas ou improdutivas às vezes ofereciam oportunidades aos escravizados para cultivar alimentos destinados à sua própria sobrevivência”.

No relato das interlocutoras desta pesquisa, evidencia-se que nesses espaços, apesar de considerarem os senhores donos da terra como tios e padrinhos, situações relacionadas a alimentação, deixavam bem claro o lugar de cada um na escala de quem podia e de quem não podia comer. Segundo relato de Joana³:

Um dia, quando tinha uns oito anos de idade, eu e meu irmão estávamos juntando buritis em um brejo nas terras que a gente morava, quando eles chegaram, tio Mário e tia Luciana* e nos obrigaram a pisotear os buritis para que ficassem impróprios para o consumo, por pura maldade. Nunca esqueço disso⁴.*

³ Nomes fictícios.

⁴ Uso do itálico serve apenas para diferenciar os relatos das entrevistadas das citações teóricas distribuídas ao longo do texto.

Apesar da pouca idade na década de 1980, Aline*, outra interlocutora relata situação semelhante, e o que sentia diante das regras das tais parcerias:

Um dia, meu pai estava trabalhando na terra e eu aproveitei para quebrar coco babaçu, quando o dono da terra chegou e me fez deixar todo o coco quebrado, alegando que nós só podíamos morar. O coco não podia quebrar. Éramos obrigados a plantar somente para comer. Não podíamos vender nada e tinha que dividir a produção com os senhores. Isso me revoltava porque a gente morava na terra, mas não podia fazer nada que desagradasse o dono da terra, se não, no outro dia cedinho era expulsão na certa. Isso aconteceu em várias terras por onde passamos, até mudarmos para Araguaína em 1987.

Nessas “diversas re-expulsões, é operada uma pedagogia da colonialidade, de afirmar a linha entre os humanos, aqueles que possuem direitos, e os não- humanos(...)” (Ramos, 2020, p. 283). Tinham ainda a identidade negada: “Não tínhamos nome e nem sobrenome. Éramos os negrinhos do Joaquim, relata Aline.

Assim, com meu pai já “instalado” na cidade, três irmãos seus com suas famílias numerosas (oito pessoas) e alguns sobrinhos por parte da minha mãe, vieram para Araguaína, fugindo desse sistema de opressão, racismo, fome e perpetuação da miséria, por mais que trabalhassem e que não tivessem garantias de que em Araguaína seria diferente. Após a chegada nessa cidade e conseguir trabalho em fazendas no estado do Pará, meu pai comprou um lote com 840 m², no então povoado Chapada Redonda, hoje Bairro de Fátima, região sul, marginal da cidade de Araguaína -TO, onde ainda mora.

Por mais de três décadas a última casa da rua não teve acesso à água tratada, a rede de esgoto, energia elétrica e o asfalto só chegou em 2022. Entretanto, no enorme quintal, alargado pela margem esquerda, sentido sul da BR-153, recebemos todos os familiares que vieram do Piauí, fugindo da miséria, buscando alimentação, escola e melhores condições de vida. Quando os familiares chegavam, formava-se um pequeno quilombo, onde predominava a corrente de luta por libertação em oposição ao colonialismo e à “globalização que mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si(...)” (Santos, 2001, p. 88) ainda que, naquele momento, não entendêssemos que se tratava disso.

Rapozo (2018) defende que ao longo da história a expansão das relações capitalistas tem neutralizado as estratégias e resistências camponesas como forma de submeter os sujeitos, a terra, os bens naturais e os saberes tradicionais milenares ao capital. A autora afirma ainda que:

(...) o campesinato se readapta e cria novas formas de resistir e existir no campo. Nessa perspectiva, (...) pode ser entendido como um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais imediatas estruturadas em torno da família, dos laços de parentesco e vizinhança fortalecidos pelos vínculos de solidariedade e valores morais que são requisitos sociais básicos existentes nas comunidades rurais sertanejas (RAPOZO, 2018, p. 199).

Isso se assemelha ao Comum, uma “forma nova de contestar o capitalismo como princípio político” (Laval e Dardot, 2015). Os comuns podem ser definidos ainda, como uma série de práticas sociais que comunidades ou entidades coletivas organizadas em torno do valor comum procuram estabelecer, de modo a garantir o acesso a recursos que não se inserem na esfera do mercado ou na redistribuição pública (Coriat, 2013).

Soares (2020) acrescenta ao debate, o fato de que:

Esta definição dá origem a uma nova identidade econômica, em que um indivíduo que não quer agir sozinho nem define o seu comportamento pela constante procura de maximização dos seus próprios interesses materiais, associa o seu modo econômico de comportamento a um compromisso com uma comunidade, com repercussões na esfera pública, social, econômica, e política revertendo deste modo, o valor gerado não só para si próprio, mas também para os outros, para o interesse geral e comum. Este modo diferente de operar leva-nos a questionar ou a redefinir e ampliar a noção de valor (SOARES, 2020, p.37).

Diversos autores, como: Ostrom, 1990; Rose, 2002; Coriat, 2011; Kostakis & Bauwens, 2014; Bauwens & Niaros, 2017; e Benkler, 2006, tem buscado demonstrar que estamos nos aproximando de uma transição para modos e/ou mercados econômicos cada vez mais colaborativos e participativos “onde o valor comum é produzido através de inúmeras contribuições, porém, a maioria das quais nem são medidas nem registradas, e o valor gerado acaba por ser apropriado através dos nossos sistemas financeiros” (Soares, 2020, p. 37). A particularidade do comum, reside no fato de que estes “geram e partilham recursos que são mantidos e governados através de uma comunidade de utilizadores e contribuintes” (Soares, 2020, p. 38).

Isto foi vivenciado por minha família diariamente, graças ao generoso quintal, onde o trabalho era compartilhado e os frutos divididos com todos, moradores e vizinhança. O quintal também servia de abrigo durante o dia, no período em que não estávamos dormindo no pequeno casebre de pau a pique coberto com palhas de coco babaçu. Nele, moram as memórias que aliviam o sofrimento a que a minha geração e as anteriores foram submetidas, relacionados a pobreza extrema e a tudo que ela representa e moram saberes que vão para

além do manejo com as plantas que nos alimentavam. Nosso quintal é guardião de agrobiodiversidade, de saberes ancestrais que afirmam a nossa identidade e brota o orgulho de pertencer a um povo que lutou bravamente pela vida, no seu sentido literal.

Lá, cresceu seis irmãos e muitos primos, às vezes totalizando 12 crianças e 4 adultos, sem muros ou cercas, com abundância de árvores frutíferas (manga, goiaba, abacate, caju e suas castanhas, banana, tamarindo, maracujá, mandioca, feijão, fava, abóbora, cana de açúcar, batata doce roxa por dentro, inhame, jiló, maxixe, quiabo e os canteiros suspensos de minha mãe, onde ela plantava alface, couve, tomate, coentro, cebolinha, pimentão. Complementando os plantios tinha as plantas protetoras (espada de São Jorge, tipi, arruda, comigo ninguém pode, pimenta malagueta) e as plantas medicinais (capim-santo, erva-doce, erva-cidreira, anador, boldo, poeija, alfavaca, mastruz, gervão, algodão, assa peixe, malva-do-reino) e a criação de galinhas da terra e galinha da Angola.

Essas árvores frutíferas, plantas alimentícias e a criação das aves, constituíam a base da nossa alimentação, tal como no observado no período da escravidão, citados por Carney (2020):

A sobrevivência, portanto, dependia de estratégias de subsistência mais agressivas para atender às necessidades nutricionais básicas. Para isso, os escravos improvisaram cuidadosamente uma variedade de plantas e árvores frutíferas ao redor de suas moradias, complementando suas rações e alimentos básicos. Esses quintais próximos às moradias eram cuidadosamente cultivados e podiam ser colhidos continuamente. Aqui, cultivos de sementes e raízes, árvores frutíferas e plantas medicinais eram intercalados e organizados como policulturas gerenciadas ativamente (CARNEY, 2020, p. 07).

Desde muito cedo, meus irmãos, primos e eu, participávamos das atividades inerentes aos cultivos do canteiro de hortaliças e das plantações do quintal pela ribanceira, as margens da BR-153. Nossa participação envolvia a limpeza do mato, molhar as plantas puxando água do poço, limpar o terreiro (sempre chamamos a área ao redor da casa assim sem fazer nenhuma relação com as religiões de matriz africanas, embora elas estivessem presentes nosso cotidiano) varrendo as folhas para fazer pequenas fogueiras para esquentar o frio matinal e as apagando logo em seguida para fazer adubo para as plantas ao juntá-las ao esterco de galinha, colhendo as frutas e as vendendo nas margens da BR.

O mesmo quintal que nos alimentava era também o nosso parque de diversões. Após varrer embaixo das frondosas mangueiras, meus irmãos (já éramos seis nos anos 1980), eu, primos, as crianças da vizinhança e as amigas da escola, brincávamos de salve a latinha, salve

a bandeira, de pular macaco, jogar castanha de caju, de pega-pega, do trisca, do se esconda, de pular corda, de casinha e muitos piqueniques com comidinhas com sabor e cheiro de fumaça. Em noites de lua cheia brincávamos até tarde da noite. Na copa de uma velha mangueira que ainda não sucumbiu ao “desenvolvimento”, tínhamos casinha na árvore para estudar e guardávamos um potinho com sal e uma faca entre os galhos para comer manga “de vez” durante a safra.

Figura 1- Mangueira onde brincávamos, cujos frutos e memórias são doces. Ele resiste!



Fonte: Gabino, julho de 2023.

Assim, o quintal da casa onde cresci, é parte de uma boa memória que carrego, de uma infância e adolescência, marcadas por racismo de todas as formas e por fome do que não podíamos plantar ou de animais que não podíamos criar. Pois, embora o quintal fosse nosso esteio alimentar, não supria todas as nossas necessidades alimentícias tanto em quantidade, quanto em variedade de nutrientes. Alguns produtos alimentos como arroz, carnes, óleo e açúcar, por exemplo, não eram produzidos por nós.

Henriques (2001, p. 02) afirma que “a pobreza é um dos mais agudos problemas econômicos do país, mas a desigualdade — principal determinante da pobreza — é o maior problema estrutural do Brasil[...] Desnaturalizar a desigualdade econômica e social no Brasil passa, portanto, de forma prioritária, por desnaturalizar a desigualdade racial.” A afirmação de Henriques precede o debate que demonstra que nascer negro no Brasil, aumenta de forma significativa as chances desse indivíduo ser pobre. Há, nesse sentido, uma maior incidência de pobreza nessa parcela da população. Barros, Henriques e Mendonça (2000), apontam ainda que, o último quarto de século XX no Brasil foi marcado pelo avanço da pobreza que durante a recessão do início dos anos 80 atingiu valores máximos, com uma porcentagem de pobres

entre os anos de 1983 e 1984 próximo dos 50%.

Notadamente, a pobreza a que o povo negro foi relegado historicamente, ainda atinge essa população de modo massivo. Em 2021, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) contínua, o rendimento médio domiciliar per capita mensal da população branca (R\$1.866) foi quase duas vezes maior do que o da população preta (R\$ 956) e parda (R\$945), no Brasil.

Esse fosso muitas vezes é “justificado” pelo mito de que negros são preguiçosos. Todavia, sempre reconheci o quanto meus pais trabalhavam, sem descanso semanal ou noturno (muitas vezes trabalhavam a noite toda fazendo carvão e tinham que vigiar a caeira para não passar do ponto de queima da madeira), para nos alimentar. Meu pai trabalhava nas madeiras como chapa e a minha mãe trabalhava lavando roupas, quebrando coco babaçu para tirar azeite e vender, “panhando” arroz de meia nas plantações de outras pessoas e vendendo frutas (manga e caju) às margens da BR-153. Portanto, o retrato-acusação do colonizado pelo colonizador, que traz a marca plural da preguiça para legitimar os privilégios do colonizador e a penúria do colonizado (Memmi, 2007), era totalmente desconstruído por meus pais.

QUESTÕES DE GÊNERO

No quintal da minha casa, assim como na sociedade, havia divisão sexual do trabalho e hierarquias de gênero. Em tempos em que a escolarização e as oportunidades de trabalho para as mulheres eram ainda mais desiguais, a dominação do homem sobre a mulher se fazia presente em várias situações, mas, mais especificamente na divisão dos cuidados com o quintal.

Sobre a divisão sexual do Trabalho, Hirata e Kergoat (2007) afirmam que:

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 597).

Dito de outro modo, trata-se de uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos e está ancorada num processo sócio-histórico. “Tem como

características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (Hirata e Kergoat, 2007, p. 599).

É sabido que as experiências das mulheres na produção de alimentos e no cuidado com as plantas medicinais, especialmente no âmbito familiar dos quintais, têm papel crucial no desenvolvimento de uma cultura de segurança alimentar, que busca a valorização da produção para autoconsumo, e o resgate da cultura alimentar que prioriza os alimentos regionais, além disso, estreita as relações entre saúde e o consumo de alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos (Rigon *et al.*, 2010). É a partir desta experiência, inclusive, que é possível apontar as contradições nas relações de poder e gênero no âmbito familiar e comunitário, já que, certamente este comportamento está arraigado em nossa sociedade.

As plantações às margens da BR eram de responsabilidade de todos, liderados pelo meu pai, enquanto o cultivo das hortaliças, frutíferas e plantas medicinais eram lideradas pela minha mãe. E em todas as atividades, tinha a participação dos filhos. Embora minha mãe atuasse no quintal e fora dele, lavando roupas nas casas da elite branca da cidade, quebrando coco babaçu para fazer azeite e comercializar, raspando mandioca nas casas de farinha, pescando nos córregos da região, colhendo frutos do cerrado (pequi, buriti e bacaba), minha mãe era a pessoa que “não trabalhava”.

Seu trabalho com afazeres da casa e quintal, além dos citados anteriormente não eram validados pela estrutura machista e patriarcal predominantes e essa inferiorização do seu trabalho era introjetada por ela. Essa desconsideração do labor feminino se conecta ao que Parente (2012) observou em pesquisa com as mulheres impactadas pela construção da Usina Luís Eduardo Magalhães/ em Lajeado-TO, e seus reassentamentos. “O trabalho doméstico, para essas mulheres, é percebido como ordem natural das coisas, e o trabalho na roça é visto como de domínio masculino por causa do valor de troca produzido, não havendo, portanto, reconhecimento social no trabalho doméstico (Parente, 2012, p. 281).

Outra questão de gênero bem definida era a comercialização das frutas e hortaliças que eram produzidas no quintal. Meu pai nunca vendia nada do que era produzido. Neste contexto, eu me questionava se lhe faltava coragem para comercializar os produtos que cultivava com tanto trabalho, mesmo cansado, após uma semana extenuante de trabalho. Todavia, essa prática é observada desde o período da escravidão como uma divisão do trabalho por gênero, como destaca Carney e Rosomoff: “Tanto homens quanto mulheres

escravizadas cultivavam provisões; no entanto, as mulheres desempenhavam um papel tão proeminente no comércio e venda desses produtos que eram coletivamente chamadas de 'higglers' nas colônias britânicas e 'quitandeiras' no Brasil” (Carney e Rosomoff, 2009, p. 182-184).

Além disso, o dinheiro produzido por minha mãe e por nós, era entregue ao meu pai para que ele decidisse o quê, quando e o quanto comprar, semelhante ao que evidenciam as interlocutoras de Parente:

Elas atuam no processo de venda dos produtos, mas são os maridos que recebem o dinheiro. Cabe a elas apenas entregar os produtos para os compradores. Quando se indaga “quem compra as coisas para casa”, todas as entrevistadas afirmam que são os maridos, embora enfatizem que é com o “consentimento” delas. (PARENTE, 2012, p. 281).

As plantas cultivadas também eram divididas por gênero. Minha mãe trabalhava junto com meu pai plantando todos os alimentos, mas os canteiros suspensos de hortaliças, as plantas medicinais e as plantas “protetoras” da casa, eram de cuidados exclusivos dela e dos filhos. Hoje, no nosso quintal, só não se vê mais os canteiros de hortaliças, as plantas protetoras da casa e nem as plantas medicinais. Essas, eram plantas de mulher, da minha mãe, que faleceu em 2004. A marca de gênero se faz presente novamente na ausência de plantas específicas.

QUINTAL, BIODIVERSIDADE E AGROECOLOGIA QUE RESISTEM AO TEMPO

Meu pai ainda mora no mesmo lugar. Porém, hoje, o quintal é cercado por um muro que a atualidade requer, mas o plantio dos alimentos permanece como se o muro não existisse. Os plantios, agora se dividem em três partes: lado de fora do muro e ribanceira às margens da BR-153, espaço entre o muro e a calçada, e a parte de dentro do muro, que é o quintal de propriedade do meu pai.

Nesses três espaços, é possível observar uma significativa agrobiodiversidade e semelhança dos quintais estudados por Carney (2022). As práticas de cultivo, portanto, bem aproximadas do que foi observado no período da escravidão e com a aplicação de Tecnologias Sociais, que “se apresenta historicamente enquanto elemento de auxílio a resistência frente a colonização”. (Aguar, 2020, p. 341). A variedade de árvores frutíferas existe nos três espaços. Do lado de fora do muro, e na ribanceira tem goiaba, manga de diferentes espécies,

caju, bananas variadas, cana-de-açúcar, mandioca, quiabo, cajá, tamarindo, laranja da terra, abacate e mamão.

Figura 2: plantação de diversas plantas na ribanceira às margens da BR-153. Ao fundo, um caminhão.



Fonte: Gabino, julho de 2023.

No espaço entre a calçada e o muro, é cultivado mais banana, manga, mandioca, amora e caju. A roça na calçada virou prática comum no Bairro de Fátima, desde 2022, quando finalmente o bairro foi asfaltado.

Figura 3: plantio entre a calçada e o muro.



Fonte: Gabino, julho de 2023.

Do lado de dentro do muro tem mamão, limão, goiaba, laranja, acerola, graviola, um bananal na porta da cozinha que serve como quebra vento, acerola, graviola, batata-doce,

cana-de-açúcar, coco, abóbora, maracujá, mandioca de espécies variadas, vindas de diversos lugares e caju.

Para plantar, meu pai utiliza princípios agroecológicos de adubação orgânica, com folhas em decomposição, cascas de frutas ou esterco de galinha. Saberes aprendidos com seus ancestrais. Aquilo que Caporal e Costabeber (2004) definem como um “estilo de agricultura menos agressivo ao meio ambiente, que promovem a inclusão social e proporciona melhores condições econômicas aos agricultores”. Sabe-se que a agricultura agroecológica é uma prática milenar, portanto, faz parte de um conjunto de valores passado de geração para geração por esses sujeitos. Essa atuação, que podemos chamar de sócio-política, tem como princípio organizativo a tríade: terra, trabalho e família. Chayanov (1981), a chama de economia camponesa. Desse modo, os sujeitos, envolvidos em uma dinâmica organizativa utilizam sua força de trabalho para cultivar a terra produzindo o suficiente para satisfazer as necessidades familiares e da comunidade.

Além disso, cabe destacar a prioridade dos produtores em relação ao não uso de produtos agrotóxicos para produção em média e pequena escala de alimentos como as que ocorrem nos quintais e/ou nas produções comunitárias. Pode-se citar os estudos de Ferreira *et al.* (2000), Lourenço (2003), Levigard (2001), Schmidt e Godinho (2006), Paz de Lima (2008), onde os pesquisadores apontam os efeitos adversos causados por intoxicações a partir do uso de agrotóxicos na produção de alimentos. Peres *et al.* (2003, p. 32) chama atenção ainda sobre os efeitos que podem ser de dois tipos: “1) efeitos agudos, resultantes da exposição a concentrações de um ou mais agentes tóxicos capazes de causarem dano efetivo aparente em um período de 24 horas; 2) efeitos crônicos, resultantes de uma exposição continuada a doses relativamente baixas de um ou mais produtos”.

A produção do quintal, além da função de nos alimentar, serve até os dias atuais, para validar um direito conquistado com muita luta pelos nossos ancestrais e que certamente foi ensinado aos meus pais. Carney (2020), nos ajuda a compreender esse processo, nos explicitando que:

(...) após conseguirem o direito de produzir seus alimentos, passaram a lutar por outros direitos adicionais, como um dia livre para prover sustento e a capacidade de legar uma parcela de alimento a uma pessoa de sua escolha. O direito de designar herdeiros para uma parcela de alimento foi relatado no nordeste do Brasil, nas Ilhas de Sotavento e no Caribe francês (CARNEY, 2020, p. 11).

Ao visitar meu pai, é cotidiano voltar com um ou vários cachos de banana, sacolas de manga, laranjas, sacos de tamarindo, mandioca, tudo em abundância. Atitudes que também costumam reproduzir com as pessoas da família ou com quem estimo, acreditando que se tratar apenas do reconhecimento da superioridade de frutos produzidos com base na agroecologia e, portanto, um bom agrado. Porém a explicação está na luta secular dos nossos antepassados por subsistência e liberdade, assentes em outro modo de vida, que foge completamente da lógica capitalista.

Por fim, é preciso considerar o que aponta Rapozo (2018), quando defende que:

As práticas e experiências agroecológicas tem possibilitado a construção de outro modo de vida que transcende a produção de alimentos, um modo de produção e reprodução da vida que resgata um conjunto de valores próprios do camponês, a solidariedade, suas tradições, identidade e cultura, além de visar uma equidade e justiça social que de forma integradora(...). Nesse contexto, a agricultura agroecológica vai além de um conjunto de técnicas para o manejo dos bens naturais e produção de alimentos saudáveis, ela é também um modo de vida, estratégia de enfrentamento político, luta e resistência dos agricultores camponeses que veem o campo como um espaço de vida, de trabalho, de construção de conhecimentos e relações sociais mais justas e solidárias (RAPOZO, 2018, p. 202).

A autora corrobora com as reflexões ao suscitar o debate acerca da produção agroecológica que resiste em diversos estados brasileiros apesar do avanço do capitalismo e das mudanças ambientais decorrentes da crise climática global. O avanço da pobreza assistido pela população negra nos últimos 10 anos, certamente poderia ter sido abrandado se a economia solidária e coletiva estivesse presente com mais força nos grandes centros urbanos. Apesar disso, a cultura de solidariedade presente nesse modo de gestar economicamente um povo, nos dá lições valiosas que podem ser apreendidas e aplicadas pelas gerações atuais e futuras.

QUINTAIS COMO INSTRUMENTO DE PEDAGOGIAS DESCOLONIALIZANTES

Esses fazeres encurtou a distância que eu acreditava em me encontrar da África e afirmou a minha identidade negra. A partir desse aprendizado sobre a luta e historicidade por trás de alimentos cultivados no quintal para nossa subsistência e de costumes que me acompanharam durante toda a vida, me questiono o porquê desses fatos não serem ensinados na escola.

Certamente, essa é sim, uma possibilidade de aplicação da lei 10.639/2003 e da Lei

11.645/2008. Utilizar as hortas escolares ou os próprios quintais dos alunos como instrumento pedagógico de afirmação da cultura e história afro-brasileira, atribuindo a negros e indígenas o conhecimento sobre o cultivo desses alimentos que fazem parte do nosso cotidiano, e da nossa alimentação, denota correção histórica do silenciamento desses povos.

Como sugere Gomes, “a descolonização das mentes, insta-nos a construir práticas pedagógicas e epistemológicas antirracistas. Consiste em uma tomada de posição emancipatória diante de si mesmo e do outro, bem como na desconstrução da lógica racista presente na nossa socialização e nos processos formativos construídos na vida privada e pública.” (Gomes, 2021, p. 438). Todos concordamos que os alimentos produzidos com princípios agroecológicos são mais saudáveis e saborosos. No entanto, não atribuímos a gênese dessa cultura aos legítimos responsáveis.

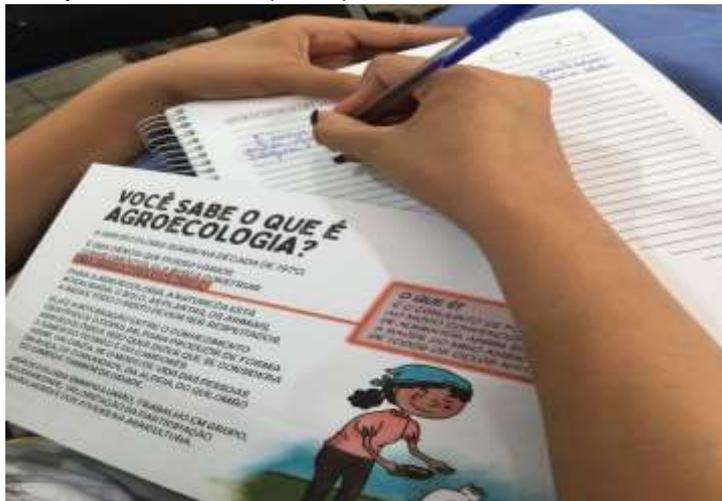
Se as escolas considerarem essa possibilidade pedagógica descolonial das práticas de ensino e das mentes, o repertório de alunos e dos próprios professores sobre africanos e indígenas, sobre comunidades tradicionais, certamente passará a ser positivo. O ser negro, na escola e fora dela, então será ressignificado pelo viés do conhecimento sobre a base da nossa alimentação e do heroísmo que foi e continua sendo manter-se vivo em um país que nega humanidade e direitos vitais para esses povos.

A cartilha agroecológica⁵ produzida pela Silva et al. (2020), com o apoio do NEUZA – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e CPT (Comissão Pastoral da Terra), é um importante instrumento educativo, possível de ser utilizado pelas escolas para o ensino da agroecologia, na disciplina de ciências, biologia ou história, para as relações étnico raciais, de modo interdisciplinar.

Em 2022, a referida cartilha foi trabalhada no Colégio Estadual Campos Brasil nas aulas de Ciências da professora Kanitian Valery, abordando os conteúdos da disciplina acima citada. Entretanto, acreditamos que a cartilha pode ser utilizada com outras abordagens, incluindo a historicidade do tema agroecologia.

⁵Disponível em: <https://neuzaufnt.wixsite.com/neuzauft/capitulos-de-livros>

Figura 4: Aluna do Colégio Estadual Campos Brasil utilizando a cartilha agroecológica elaborada pela Silva et al. (2020), durante a aula de Ciências – 2022.



Fonte: Kanitian Valery, 2022

Reconheço agora, que o quintal da minha casa e sua agrobiodiversidade, é um componente importante da minha identidade negra. Olho para ele como paiol que aliviava nossa fome, nos oferecendo produtos com sabor que não se encontra em nenhum supermercado, mas também como parque de diversões que guarda as melhores memórias de inúmeras brincadeiras da infância. Saber que esse modelo de quintal veio dos meus ancestrais, restaura em mim, aos 48 anos de idade, a positividade em ser negra. Aprender sobre sua historicidade, me faz reconhecer que nele está imbricada a nossa luta por subsistência e vários outros saberes e vivências pelos quais os negros em diáspora passaram e seus descendentes preservam para alimentarem-se, até os dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo buscou-se refletir sobre a luta do povo negro por subsistência sendo o quintal o principal instrumento de apoio nesse processo. Questões identificadas nas narrativas das interlocutoras, deixam evidentes que as práticas colonialistas que eram praticadas desde o século XVI, continuaram se reinventando mesmo após a abolição, perdurando, segundo os relatos, até o final do século XX no estado do Piauí.

As entrevistas realizadas com familiares ajudaram a compreender como o direito de se alimentar continuou sendo negado a população negra, e como essas famílias resistiram às muitas violências, por meio do quintal ao redor da casa, base da alimentação de famílias de ex-escravizados e seus descendentes. Outro ponto que pude constatar por meio das reflexões

sobra a formação histórica do quintal agroecológico é que vários saberes estão imbricados na sua constituição, indo desde os cultivares e os métodos de cultivo, até as relações de gênero fortemente estabelecidas.

Tendo em mente essas percepções, acredito que o quintal deve ser um instrumento pedagógico importante na descolonização do currículo escolar e das práticas pedagógicas. Catherine Walsh (2013) aponta que é preciso que haja aprendizagem sobre os conceitos coloniais e como eles nos afetam, e uma reaprendizagem a respeito da nossa história.

Seria uma importante (des)aprender sobre a inferiorização, subalternidade e preguiça que nos são imputadas. Ademais, as crianças negras em contato com essa reaprendizagem, certamente terão suas identidades negras fortalecidas a partir dessa abordagem agroecológica do quintal, pelo viés da riqueza histórica e cultural, pautadas em ensinamentos ancestrais, guardados desde o século XVI até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. G. de et all. Tecnologias sociais no território comum: Articulação institucional e inclusão social no Quilombo Grotão. **Revista da ABPN**. V. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras”. Abril de 2020, p. 336-360

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000a. p. 21-47.

BRASIL. **LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira. Acesso em 15/05/2023.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

CARNEY, J. A. **Subsistence in the Plantationocene**: dooryard gardens, agrobiodiversity, and the subaltern economies of slavery. *The Journal of Peasant*. 2020.

CORIAT, B. Le retour des communs: sources et origines d'un programme de recherche. **Revue de la régulation. Revue da la régulation: capitalismo, instituições, poderes**. 2e semestre - Autumn, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/regulation/10463>.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília DF: **ministério do Desenvolvimento Agrário** – Secretaria da Agricultura Familiar – DATER: IICA, 2004.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. **Cuadernos Políticos**, número 5, México D.F., Julio-septiembre de 1975, pp. 15-31

DARDOT, P; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

EVARISTO, C. **Escrevivência – a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo / organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes ; ilustrações Goya Lopes. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, 2020.

FERREIRA, H. P.; FILHOTE, M. I. F.; HAIKEL, S.; NORONHA, C.; CARVALHO, T. A. Monitoramento dos riscos e efeitos a saúde de agentes comunitários expostos ocupacionalmente aos organofosforados. Estudo ocupacional, clínico e neuropsicológico. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2000.

GOMES, N. L. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Rev. Filos**, Aurora, Curitiba, V. 33.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

HECHT, S.B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M.A. (ed.). **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no brasil**: evolução das condições de vida na década de 90*. IPEA, Rio de Janeiro, 2001.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua 2021**. Nota: Valores deflacionados para reais médios de 2021.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação- episódios de racismo cotidiano**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cogogó, 2019.

LIMA, L. S. **Oportunidades Desiguais e Trajetórias Excepcionais: Percurso Escolar de Jovens Negras e Negros Moradores da Zona Rural na Educação Básica no Recôncavo da Bahia**. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. de. **Pesquisa em Educação**: Abordagens qualitativas. 1. ed. São Paulo: EPU, 1986.

LEVIGARD, Y. E.; ROZEMBERG, B. A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de "nervos" no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, nov./dez, 2004.

LOURENÇO, R. C. Discussão sobre o risco das interações de agrotóxicos na dieta brasileira. 2003. **Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)** – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador.**(Parte 2 – ponto 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MONTAGNER, Miguel Angelo. Trajetórias e Biografias notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun. 2007, p. 240-264.

OLIVEIRA, Marcelo de Jesus de. **Considerações teórico conceituais inerentes à escrevivência evaristiana em Becos da Memória (2017).** Dissertação de mestrado. UFT, Porto Nacional, 2021.

PARENTE, T. G. **Desenvolvimento regional na perspectiva de gênero.** Projeto História, São Paulo, n. 45, pp. 269-284, Dez. 2012.

PERES, F. **É Veneno ou é Remédio?** os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos, 1999. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

RAMOS, D. V. et al. Geopolítica das Usinas Hidrelétricas, Lutas por re- existência e Pedagogias da colonialidade na Amazônia do Tempo Presente. **História do tempo presente na Amazônia.** Vol. 3. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, pp. 263-286.

RAPOZO, Bruna Maria da Silva. Quintais agroecológicas e soberania alimentar na agricultura camponesa do sertão do Pajeú, Pernambuco. **RPPR** – Rio de Janeiro – vol. 5, nº 2, maio a agosto de 2018, p. 194 – 215.

RIGON, S. A. et al. (Orgs). Soberania e segurança alimentar na construção da agroecologia: sistematização de experiências. **Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia** - GT SSA/ANA. 1. ed. Rio de Janeiro: FASE, 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único e consciência universal.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, P. P. et al. **Minha a comunidade é agroecológica.** Goiânia: Kelps, 2020.

SOARES, Conceição. A economia dos comuns e a co-criação de valor: O caso da Enspiral. **JOURNAL OF STUDIES ON CITIZENSHIP AND SUSTAINABILITY.** Institute of Sociology, University of Porto, 2020.

SCHMIDT, M. L. G.; GODINHO. P. H. Um breve estudo acerca do cotidiano do trabalho de produtores rurais: intoxicações por agrotóxicos e subnotificação. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 31, n. 113. 2006.

Maria Zilma Gabino - Possui graduação em LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA-DOCÊNCIA SÉRIES INICIAIS pela Universidade Estadual do Tocantins (1999). Pós Graduada em Administração e Supervisão Escolar pela FIA(Faculdades Integradas de Amparo) Atualmente é professora de Atendimento Educacional Especializado do Governo do Estado de Tocantins. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem/Educação Inclusiva/mestranda em Estudos de cultura e Território na Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Luciméa Santos Lima - Bolsista Capes de Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (2023). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2014), Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (2017), Licenciatura em Ciências Sociais(Interrompida em 2019), Doutora em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (2022). Atualmente estuda trajetórias de jovens meninas e meninos negros em escolas de Campo bem como questões de raça, gênero e sexualidade no contexto da Educação do Campo. Ampla experiência com pesquisas qualitativas nas Ciências Humanas, com particular interesse em Antropologia Cultural, Antropologia/Sociologia da Educação, Educação Étnico-racial em escolas do campo, Educação do Campo, Relações Raciais no Brasil, Acesso e Permanência na Educação Básica, Religiosidade Afro-brasileira, com estudos voltados aos campos da Antropologia da Educação e da Etnografia da Educação, com densa experiência em pesquisas vinculadas em formação referenciados na cultura e na etnicidade. Atuo como Pesquisadora, de forma voluntária, no Projeto As Ações Afirmativas nos Programas de Pós Graduação de Universidades Brasileiras. O Projeto, contemplado na chamada Cnpq/MCTI/FNDCT n.18/2021 tem a Coordenação Geral de Joana Célia dos Passos (UFSC).

Vinicius Gomes de Aguiar - Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2006), mestrado em Geotecnia e Construção Civil pela Universidade Federal de Goiás (2009) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2015). Docente do curso de licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Norte do Tocantins, é membro do Neuz - Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas - e atua no Escritório do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em Goiás. Possui experiência em trabalhos envolvendo conflitos ambientais, territoriais, geotecnologias e comunidades tradicionais.

Recebido para publicação em 29 de setembro de 2023.

Aceito para publicação em 12 de agosto de 2024.

Publicado em 22 de outubro de 2024.